



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

OFÍCIO Nº 409 /2017/DG

Fortaleza, 21 de julho de 2017.

À Sua Senhoria o Senhor
JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR
Secretário da SRHU
SEPN - Quadra 505 - Lote 02
Ed. Marie Prendi Cruz - 1º andar
CEP: 70730-540 – Brasília/DF

Assunto: **Cobrança pelo uso da água retirada dos açudes do DNOCS.**

Senhor Secretário-Executivo,

Submeto à consideração de Vossa Senhoria o **PARECER Nº 04/2017/GAB/PFDNOCS/PGF/AGU**, o qual trata do direito ao recebimento pelo DNOCS de parcela da cobrança pelo uso da água retirada das infraestruturas operadas e mantidas por esta Autarquia.

Desse modo, solicito que sejam adotadas as providências necessárias por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para definição dos valores que cabem a este Ente Federal, bem como a metodologia de repasse.

Atenciosamente,


ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA
Diretor-Geral do DNOCS



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO DNOCS**

PARECER Nº 04/2017/GAB/PFDNOCS/PGF/AGU

Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Assunto: Cobrança pelo uso da água retirada dos açudes do DNOCS.

I – Política Nacional de Recursos Hídricos e Lei nº 10.204/2001. Diálogo das fontes.

II – Cobrança pelo uso da água retirada das infraestruturas operadas e mantidas pelo DNOCS. Receita patrimonial da Autarquia.

III – Possibilidade.

RELATÓRIO

Consulta-se a Procuradoria Federal para analisar a juridicidade do recebimento pelo DNOCS de percentual da cobrança pelo uso da água retirada de seus açudes.

2. Consta que as companhias de abastecimento nos estados e outros usuários retiram água bruta dos açudes construídos pela Autarquia sem que lhe haja o repasse de quaisquer valores pecuniários, ocasionando prejuízo financeiro ao Ente que deixa de receber importante fonte de renda.

3. É o necessário para contextualizar o fato jurídico.

ANÁLISE JURÍDICA

4. De acordo com os artigos 20, III, VI e VIII, e 26, I, da Constituição Federal de 1988, as águas, quando não forem bens da União, serão dos Estados e, por analogia, do Distrito Federal, não havendo previsão de titularidade municipal. Veja-se:

“Artigo 20. São bens da União:
[...]

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

[...]

VI – o mar territorial;

[...]

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

Artigo 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”

5. A água é de domínio público, bem de uso comum do povo pertencente à União, aos Estados e ao Distrito Federal, a depender. **Frise-se que, de acordo com a Lei Maior, as águas em depósito decorrentes de obras da União, a essa pertencem (art. 26, I).** Portanto, todas as estruturas acumuladoras de água construídas pelo DNOCS guardam recurso hídrico federal.

6. A competência privativa da União para legislar sobre águas (art. 22, inc. IV, da CF/88) foi exercida por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, adotando dentre seus fundamentos ser a água um (art. 1º): I – (...) bem de domínio público; e, II – (...) recurso natural limitado, **dotado de valor econômico**¹ (Grifei).

7. Em face do seu valor econômico um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos é **a cobrança pelo uso de recursos hídricos** (art. 5º, inc. IV). Referida cobrança visa reconhecer a água como bem econômico e dar notoriedade ao seu real valor à vida, bem como

¹ O valor econômico da água e sua essencialidade foram objeto de uma Declaração Universal dos Direitos da Água, proferida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 22 de março de 1992, à qual instituiu dez princípios direcionados a toda humanidade, além de criar o “Dia Mundial da Água”:

“1. A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

2. A água é a seiva de nosso planeta. Ela é condição essencial de vida de todo vegetal, animal ou ser humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura.

3. Os recursos naturais de transformação da água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia.

4. O equilíbrio e o futuro de nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

5. A água não é somente herança de nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

6. A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico; precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

7. A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas atualmente disponíveis.

8. A utilização da água implica em respeito à lei. Sua proteção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

9. A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua proteção e as necessidades de ordem econômica, sanitária e social.

10. O planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra”.

incentivar a racionalização do seu uso e obter recursos financeiros para o financiamento de programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

8. As linhas gerais acerca da cobrança pelo uso dos recursos hídricos vêm traçadas na sobredita Lei, confira-se:

DA COBRANÇA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

- I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar a racionalização do uso da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 21. Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

- I - nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;
- II - nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxidade do afluente.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

- I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;
- II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no *caput* deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)

9. **Ocorre que uma parcela da cobrança pelo uso de recursos hídricos oriundo de reservatório, açude, canal ou outra infraestrutura hídrica operada e mantida pelo DNOCS lhe pertence.**

10. Nesse sentido dispôs a Lei nº 4.229, de 1º de julho de 1963, alterada pela Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, *in verbis*:

LEI Nº 10.204, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001.

Conversão da MPv nº
2.066-23, de 2001

Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho
de 1963, autoriza a doação de bens e
dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

"Art. 17. Constituem receitas do Dnocs:

I - as dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos;

II - o produto de operações de crédito;

III - o produto de aplicação financeira das disponibilidades eventuais;

IV - as taxas ou rendas de serviços prestados;

V - o produto do arrendamento e da alienação dos seus bens patrimoniais ou de bens de domínio público sob sua administração;

VI - o produto de multas ou emolumentos devidos ao Dnocs;

VII - as rendas eventuais;

VIII - os auxílios, as subvenções, as contribuições e as doações de entidades públicas ou de particulares;

IX - parcela da cobrança pelo uso de água oriunda de reservatório, açude, canal ou outra infraestrutura hídrica operada e mantida pelo Dnocs, na forma da regulamentação da Lei nº 9.433, de 1997;

X - parcela correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum;

XI - o resultado da comercialização de insumos e produtos oriundos de atividades de aquicultura." (NR)

(Grifei)

11. Observe-se que a Lei nº 10.204, de 2001, se conecta com a Política Nacional de Recursos Hídricos em saudável **diálogo das fontes**, pois o ordenamento jurídico deve ser interpretado de forma unitária e as leis não devem ser aplicadas de forma isolada umas das outras, podendo-se adotar um diálogo de complementaridade.

12. Isso posto, com toda evidência, o Inciso IX do art. 17 da Lei nº 10.204/01 destinou ao DNOCS importante receita patrimonial, decorrente da cobrança pelo uso da água retiradas das infraestruturas operadas e mantidas pela Autarquia.

13. Desse modo, a Lei deve ser cumprida e a Justiça Federal no Estado do Ceará tem decisão paradigmática na qual condenou a Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte a pagar pela água retirada dos açudes do DNOCS.

14. A importância do julgado abona a extensa transcrição:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
8ª VARA

PROCESSO Nº 2001.81.00.007710-0 (Sentença Tipo A).

CLASSE: 29 - AÇÃO ORDINÁRIA.

AUTOR: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS.

RÉ: COMPANHIA DE ÁGUA E ESCOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA FUNDADA EM FORNECIMENTO DE ÁGUA. INEXISTÊNCIA DE PARCELAS PRESCRITAS, TENDO EM VISTA HIPÓTESE DE INTERRUPÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 172, V, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916, VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO FORMAL - CONTRATO/CONVÊNIO - DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA QUE DECORRE DE LEI, SENDO OS VALORES REGULADOS POR PORTARIAS MINISTERIAIS. CONJUNTO PROBATÓRIO CONFIRMA A EFETIVA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA, IMPONDO-SE O DEVER DE PAGAMENTO, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO RÉU. NA AUSÊNCIA DE PREVISÃO ESPECÍFICA QUANTO AOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA, DEVEM-SE APLICAR OS ÍNDICES DA TABELA DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL PARA AS CONDENAÇÕES EM GERAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. RELATÓRIO.

Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS em desfavor da CIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN, requerendo a condenação da Ré ao pagamento do valor de R\$ 966.555,08 (novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), acrescidos de juros e correção monetária.

Relata a Promovente que, durante o período de dezembro de 1993 a dezembro de 2000, seus açudes foram utilizados para abastecimento dos usuários da promovida - CAERN -, tendo referida utilização resultado em débito no montante supramencionado. Todavia, aduz que a requerida, embora não negue o débito, recusa-se a efetuar o pagamento da dívida apurada.

Acompanham a inicial os documentos de fls. 06/43.

Citada, a CAERN apresentou a contestação de fls. 47/59 alegando, preliminarmente, a inépcia da inicial, por deficiência na qualificação das partes, bem como a prescrição da pretensão autoral, uma vez que a inadimplência argüida teria ocorrido em dezembro de 1993 e a presente lide apenas foi ajuizada em abril de 2001. No mérito, afirma que a pretensão esboçada na inicial não encontra respaldo no ordenamento jurídico, uma vez que o bem tutelado é dominical, não podendo ser comercializado, especialmente quando se presta à utilização pela população.

Réplica às fls. 62/82, reiterando os termos da inicial.

Às fls. 105/109, a Contadoria apresentou a atualização dos valores da dívida objeto da lide.

Reiteradamente intimado para trazer aos autos o contrato firmado com a CAERN, o DNOCS noticiou, em petitório colacionado às fls. 166/235, que não fora localizado instrumento de contrato.

Assim, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

Era o que de mais importante havia para relatar. Passo a decidir.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre destacar que, após examinar atentamente os autos da presente ação, verifiquei a desnecessidade de qualquer tipo de dilação probatória, aplicando-se ao caso o disposto no artigo 330, I, do Código de Processo Civil.

Antes, todavia, da apreciação meritória da demanda, faz-se necessário o enfrentamento das questões preliminares/prejudiciais aduzidas pela Ré.

2.1 - Inépcia da Inicial. Não assiste razão à CAERN quanto à alegação de inépcia da inicial, tendo em vista que uma simples leitura dos documentos acostados aos autos demonstra que foram preenchidos todos os requisitos do art. 282, do CPC, notadamente quanto à qualificação da parte Autora (DNOCS).

Ademais, trata-se de uma autarquia federal cuja qualificação é de conhecimento notório.

Assim, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

2.2 - Prescrição. Da criteriosa análise dos autos, verifica-se que nenhuma das parcelas cobradas pelo DNOCS (no período de dezembro de 1993 a dezembro de 2000) foi fulminada pela prescrição, tendo em vista a prática, pela CAERN, de ato que importou no reconhecimento da dívida.

Com efeito, da análise dos documentos de fls. 172 e fls. 179, verifica-se o inequívoco reconhecimento, por parte da CAERN, do débito com o DNOCS referente ao fornecimento de água, tanto que veicula, através dos referidos documentos, proposta de parcelamento da dívida.

Tenho que a hipótese de enquadra na previsão de interrupção da prescrição estabelecida no art. 172, V, do Código Civil de 1916, vigente à época dos fatos. Transcreve-se, a seguir, o texto legal:

"Art. 172. A prescrição interrompe-se:
(...)

V - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor".

Tendo em vista que o documento de fls. 172 é datado de 21/07/97, e considerando que a dívida decorre do fornecimento de água no período de dezembro de 1993 a dezembro de 2000, nenhuma parcela foi atingida pela prescrição quinquenal.

Ultrapassadas, assim, as questões preliminares/prejudiciais, passo ao exame de mérito propriamente dito.

2.3 - Mérito. Nos termos do inciso VII, art. 4º, da Lei nº 6.662/1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências, compete ao Ministério do Interior, dentre outras atribuições, estabelecer normas e critérios para a fixação das tarifas de água e para o controle de sua aplicação.

A execução do Plano Nacional de Irrigação ficou a cargo dos órgãos auxiliares do Ministério do Interior: as autarquias de desenvolvimento regional ou sub-regional e outras entidades vinculadas ao Ministério, de acordo com as respectivas atribuições legais, ou com as que lhe forem cometidas por delegação ou ato normativo do Ministro de Estado do Interior, conforme art. 5º, da Lei 6.662/1979.

Nesse contexto, coube ao DNOCS a responsabilidade pelo gerenciamento das águas compreendidas dentro do polígono das secas (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), conforme disposto no art. 2º, da lei nº 4.229/1963, sendo esta a hipótese dos autos.

Quanto à alegação de ilegalidade na cobrança pelo uso da água, por se tratar de bem de domínio público, não assiste qualquer razão à parte Ré,

considerando que toda a legislação pertinente ao fornecimento de águas administradas pelas autarquias federais expressamente prevê a cobrança de tarifas pelo uso das águas, nos termos da legislação acima mencionada e do art. 44, do Decreto nº 89.496/1984, abaixo transcrito:

"Art. 44. Aos órgãos federais que executam projetos de irrigação compete:

I - receber dos usuários das obras de infra-estrutura de irrigação, de uso comum, dos projetos públicos de irrigação, os pagamentos referentes à tarifa de água;

II - propor, anualmente, ao Ministro de Estado do Interior, os valores a serem atribuídos aos parâmetros de fixação das tarifas de que trata o artigo anterior, devendo considerar a capacidade de pagamento de cada projeto, particularmente em sua fase de maturação, bem como as características da sua estrutura de produção;

III - receber as parcelas correspondentes ao prescrito nos §§ 3º e 4º do artigo 16".

Ademais, a inalienabilidade das águas, como mencionada pela Ré, não impede a cobrança pelo seu uso, conforme se depreende das disposições da Seção IV, da Lei nº 9.433/1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, abaixo transcrito:

"Art. 19. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva:

I - reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

II - incentivar a racionalização do uso da água;

III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.

Art. 20. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 21. Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos devem ser observados, dentre outros:

I - nas derivações, captações e extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;

II - nos lançamentos de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

Art. 22. Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

I - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

II - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

§ 1º A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 2º Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.

§ 3º (VETADO)

Art. 23. (VETADO)".

Assim, com base nos dispositivos legais supracitados, resta configurada a legalidade da cobrança pelo fornecimento de água.

Ademais, a documentação acostada aos autos pela parte Autora demonstra que o uso d'água é oneroso, conforme se depreende dos vários contratos que o DNOCS celebrou, como exemplos: o PGE nº 79/D/91 (DNOCS e AGEPIA - Águas e Esgotos do Piauí S.A.); o PGE nº 01/1994 (DNOCS e Estado do Ceará); o PGE nº 05/2001 (DNOCS e CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba).

In casu, muito embora não haja documento formal (contrato/convênio) regulando a relação jurídica entre o DNOCS e a CAERN, todo o conjunto probatório demonstra que efetivamente houve o fornecimento de água no período objeto dessa ação de cobrança, legitimando a pretensão deduzida pelo DNOCS. Com efeito, a obrigação de pagamento pelo uso da água decorre diretamente da lei, consoante acima demonstrado, sendo os valores estabelecidos em regulação ministerial consubstanciada na Portaria nº 229/90 do Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária e na Portaria Ministerial nº 80/1996, em razão do volume de água captado.

Ressalte-se, como exemplo de prova inequívoca da utilização da água, o ofício nº 318/01/DA, do Diretor Administrativo Financeiro da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, de 08/05/2001, o qual demonstra a relação contratual, bem como a inadimplência da CAERN (fl. 67), verbis:

"Em atenção ao Ofício nº 14/DERUR/AD deste órgão, informamos que temos o maior interesse em resolver e negociar as pendências relativos ao débito da CAERN com o DNOCS.

Entretanto, tratando-se de um débito de valor significativamente alto e não havendo disponibilidade financeira para liquidar a dívida cobrada na forma apresentada, submetemos a vossa apreciação a nossa proposta de negociação, conforme discriminada abaixo:..."

Destarte, o documento mencionado pelo Diretor Administrativo Financeiro (Ofício nº 14/DERUR/AD) se refere ao fornecimento de água pelo DNOCS à CAERN, no período de 12/1993 a 12/2000. Nesse sentido também é o extrato de fornecedor juntado aos autos pela própria parte Ré.

Vendo-se, assim, que o conjunto probatório dos autos confirma a efetiva utilização da água, inclusive não havendo divergência quanto ao período de utilização e o volume de água usado, impõe-se o dever de pagamento, sob pena de enriquecimento ilícito do réu.

Na ausência de previsão específica quanto aos índices de correção monetária e juros de mora, devem-se aplicar os índices da Tabela de Cálculos da Justiça Federal para as condenações em geral.

3. DISPOSITIVO

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento em favor do DNOCS dos valores constantes no relatório de cobrança de fls. 07/09, relativos à utilização de água no período de dezembro de 1993 a dezembro de 2000, devendo tais valores ser corrigidos e acrescidos de juros de mora, esses últimos a contar da citação, de acordo com os índices do Manual de Cálculos da Justiça Federal aplicados para as condenações em geral.

Custas na forma da lei.

Condeno a Ré ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, os quais fixo em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC, tendo em vista a natureza e complexidade da causa e a inexistência de instrução probatória.

P.R.I.

Fortaleza, 15 de dezembro de 2009.

Elise Avesque Frota
Juíza Federal Substituta da 8ª Vara.

15. O direito é inconteste, inclusive reconhecido judicialmente, portanto está havendo locupletamento sem causa daqueles que retiram água das infraestrutura operadas e mantidas pelo DNOCS sem a contraprestação financeira.

16. No que concerne à definição do “quantum debeatur”, a Lei nº 9.433/97 e seu regulamento (Decreto nº 4.613/2003), bem como a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 traçam competências bem delineadas acerca da cobrança pelo uso da água, sendo que ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH compete:

Decreto nº 4.613/03

Art. 1º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão consultivo e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, tem por competência:

(...)

X - estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso;

(...)

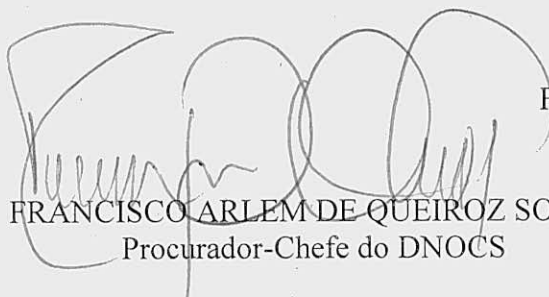
XIV - definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000.

16. Logo, o CNRH deve baixar resolução estabelecendo quanto cabe ao DNOCS pela retirada de água de seus açudes, pois a ele compete formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e **estabelecer diretrizes complementares à sua implementação, à aplicação de seus instrumentos e à atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH**, de acordo com o Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, que regulamenta a Lei nº 9.433, de 1997.

CONCLUSÃO

17. Desse modo, tendo-se conferido legalmente ao DNOCS direito a obtenção de recursos financeiros pela retirada de água de seus açudes (Lei nº 10.204/2001), resta unicamente a definição do valor que cabe a esta Autarquia, devendo-se provocar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos para esse mister.

18. Encaminhe-se ao Senhor Diretor-Geral.



FRANCISCO ARLEM DE QUEIROZ SOUSA
Procurador-Chefe do DNOCS

Fortaleza, 21 de julho de 2017.